

A EDUCAÇÃO NO BRASIL: MAZELAS E GRANDEZAS

Antonio Joaquim Severino

Uninove/Feusp

Resumo

Condição intrínseca para o desenvolvimento da espécie e exigência formalizada pela Constituição nacional, a educação institucionalizada ainda se encontra muito limitada na sociedade brasileira. Como nos mostram os dados oficiais, apresentados pelos próprios órgãos públicos, a educação nacional registra condição de carência grave nos seus compromissos com as novas gerações, nas três frentes fundamentais da existência humana: na preparação para o mundo do trabalho, na formação para a cidadania e na universalização da cultura. Essa carência decorre fundamentalmente da precariedade dos investimentos da sociedade com vistas à implementação de políticas públicas congruentes com um efetivo projeto civilizatório emancipador, condição *sine qua non* para que possa garantir a grandeza da educação.

Palavras-chave: Cidadania, Formação Humana, Educação Brasileira.

Abstract

Intrinsic condition for the development of the species and demand formalized by the National Constitution, institutionalized education is still very limited in Brazilian society. As shown by the official data presented by the public instances themselves, national education registers a condition of serious lack in its commitments to the new generations, on the three fundamental fronts of human existence: in preparing for the world of work, in training for citizenship and the universalization of culture. This lack arises fundamentally from the precariousness of society's investments with a view to the implementation of public policies congruent with an effective emancipatory civilization project, a *sine qua non* condition so that it can guarantee the greatness of education.

Key-words: Citizenship, Brazilian Education, Human formation.

INTRODUÇÃO

A temática que me foi proposta assomou-me como extremamente desafiadora por trazer embutida em si uma contradição de difícil superação. Por um lado, o panorama empírico de nossa realidade historicossocial se manifesta quase que tão somente sob o signo das mazelas, ficando difícil identificar grandezas. Por outro lado, é da própria natureza dos educadores serem movidos pela esperança. Aliás, sem esta não é nem mesmo possível pensar a educação, processo todo ele vinculado à passagem de um estado de menos ser para um estado de mais ser. É uma crença inabalável quanto à educabilidade da espécie à capacidade das gerações atuais de interferirem nas novas gerações que vão emergindo, com a plena confiança de que elas podem se tornar cada vez mais humanizadas.

Então, certamente, há que se entender que um Congresso como este tem por pressuposto que a educação vale a pena e que não se pode desacreditar dela... fica muito difícil, de outro lado, alimentar e fomentar o pessimismo niilista num ambiente de educadores, que sempre foram funcionários da esperança.

Mas o mergulho na trama da realidade atual da educação brasileira não nos traz motivos para muita comemoração. As mazelas certamente prevalecem sobre as grandezas. Talvez por isso mesmo impõe-se investir na esperança... a esperança hoje assume a função nutriz para que possamos continuar investindo, bem de acordo com o duro ditado de que ela é a última que morre. No nosso caso, é mesmo para concluir que só falta mesmo ela para morrer. É que nem mesmo se vê uma luz no fim do túnel.

O RETRATO DA EDUCAÇÃO NACIONAL: UMA EDUCAÇÃO DANIFICADA.

Cada setor da educação nacional expressa uma situação precária, apresentando déficit quantitativo e carência qualitativa. Não consegue atender a demanda social pelo seu bem nem fornece educação de qualidade a todos os segmentos em que a educação institucionalizada deve atuar e se desenvolver.

Assim quando se analisa a educação infantil, tem-se um quadro bem precário: . Quanto ao ensino fundamental, só 53% dos adolescentes até os 15 anos, concluem o fundamental e chegam ao ensino médio; a taxa nos países desenvolvidos é de 90%. O panorama do ensino médio é



V Seminário Internacional
de Pesquisa e Estudos Qualitativos
Foz do Iguaçu, 30 e 31 de Maio e 1 de Junho de 2018

Pesquisa Qualitativa na
Educação e nas Ciências em Debate

Do SIPEQ a sócio da SE&PQ:
torne-se um pesquisador em rede

bem desanimador: entre os jovens de 14 a 29 anos, só estudam, 32,7%; estudavam e trabalhavam, 13,3%; nem trabalham, nem estudam, 20,5%, no caso, 24.8 milhões. No ensino superior, a taxa atual de matrículas é só de 15%. E tem-se também que o ganho de quem tem uma graduação é 2,4% maior do que de quem não é formado, contra a diferença de 1,5% nos países desenvolvidos. Com pós-graduação, a diferença passa para 4,5%. No que concerne à educação supletiva de Jovens e Adultos, sua própria existência já um grave efeito da carência da oferta e eficácia da educação. A pós-graduação, em que pese o avanço que representa, ainda enfrenta muitas limitações e a prática da pesquisa e a construção da ciência estão longe de atingir os patamares quantitativos e qualitativos mínimos bem como os investimentos que demandam, em decorrência de sua própria natureza.

Outros dados gerais de nossa educação são bem significativos para marcar sua deficiência: o analfabetismo atinge 7,2% da população. Sua erradicação era prevista par 2014. Na América Latina, além de Cuba, Venezuela e Bolívia já o eliminaram. Mesmo pela previsão do PNE, essa taxa já deveria estar em 6,5%. E não estamos falando de analfabetismo funcional. O salário médio de nossos professores é de cerca de 13 mil dólares por ano, R\$ 3.500,00, contra 30 mil na maioria dos países. As carências de infra-estrutura e de investimento financeiro na educação são notórias, assim como o precário resultado do ensino/aprendizagem, em todos os níveis de escolarização.

A PRESENÇA/AUSÊNCIA DO SISTEMA E DOS PROJETOS EDUCACIONAIS E A CONSEQUÊNCIA DISSO.

Essa precariedade da educação nacional expressa, no plano da realidade factual, a inexistência de um projeto educacional que desse sustentação a uma política coerente e consistente. A sociedade brasileira não tem projeto educacional porque não tem também um projeto civilizatório. E não tendo projeto educacional também não consegue articular um sistema educacional, matriz infra-estrutural para implementar uma consistente política na área

Mas quando falamos de sistema educacional, em nosso contexto brasileiro, é preciso fazer atentamente um duplo esclarecimento: um esclarecimento semântico-estrutural e outro histórico-conjuntural. Do ponto de vista conceitual, o termo sistema refere-se à formatação estrutural das entidades atuantes na prática real, de tal modo que todos os elementos que

constituem os múltiplos entes exerçam suas atividades articuladamente, buscando alcançar os fins propostos para as ações. Assim concebido, o sistema só existirá se nascer da intervenção intencionalizada por parte da sociedade, ainda que seja mediante a atuação de seus representantes. No que concerne a essa conceituação de sistema do ponto de vista estrutural, podemos sempre recorrer ao clássico trabalho de Saviani (2014). Já do ponto de vista conjuntural, em se referindo à realidade histórica concreta vivida pela sociedade num determinado momento histórico, pode-se afirmar a existência de um sistema, entendido como as forças sociais reais que estejam atuando articuladamente, evoluindo as estruturas políticas vigentes e intencionalidades implícitas de perfil ideológico, ou seja, vinculadas a interesses de grupos específicos dominantes no conjunto social daquele momento. Quanto a esta perspectiva conjuntural, podemos nos referir à narrativa oficial do aparelho de estado, que se apoia no complexo legal que regulamenta a área. Segundo o discurso oficial, levando em conta seus supostos legais e administrativos, existe em funcionamento um sistema de ensino.

Assim, quando consideramos nosso contexto históricossocial brasileiro, podemos constatar objetivamente que não existe um sistema educacional no sentido estruturalmente instituído, mas existe sim um sistema conjunturalmente vigindo. O sistema educacional estruturalmente instituído se formaria a partir das decisões políticas da sociedade fundadas em princípios coletivamente estabelecidos e assumidos por essa sociedade, no seio de seu projeto civilizatório. Não sem razão a própria Constituição do país determina a criação dos sistemas nas diversas frentes do agir, pois impõe-se que todos os entes envolvidos na ação possam se articular com a devida harmonia no desenvolvimento dos planos e programas de ação. No nosso caso, pode-se constatar a precariedade e a desarticulação das iniciativas no sentido de se implementar sua criação. Por exemplo, para se fazer um Plano Nacional de Educação, pressupõe-se a existência de um Sistema Nacional de Educação, mas aqui é o Plano que é feito antes prevendo a criação do sistema; aprova-se uma reforma do ensino médio, sem antes ter se definido a BNCC... Enquanto isso, no plano prático e pragmático, ações vão sendo desenvolvidas com bases decisórias e legislações fragmentárias e casuísticas, muito mais em função de interesses imediatistas e pragmáticos, fora da perspectiva do interesse geral do conjunto da sociedade.

Mas para que a sociedade possa instituir o seu sistema nas diversas áreas de sua prática sócio-cultural, ela precisa instaurar antes o seu projeto educacional que, por sua vez, pressupõe

seu projeto civilizatório, de cunho fundamentalmente político-social. Mas o Brasil ainda não construiu, de forma orgânica e consistente, esse seu projeto civilizatório, em que pesem as iniciativas historicamente tomadas nessa direção, como, por exemplo, a promulgação da nova Constituição. Continuamos atravessados por evidentes situações contraditórias que mantem as condições de não cidadania. É que um projeto civilizatório deveria ter como intencionalidade fundante exatamente a condição da cidadania numa estrutura politico-social de plena democracia, entendida esta como aquele contexto existencial histórico em que o poder social fosse compartilhado entre todas as pessoas, contexto em que não ocorressem mecanismos, explícitos ou implícitos, de opressão. A cidadania, por sua vez, se configuraria como aquela qualidade de vida em que todas as pessoas compartilhariam, com a devida suficiência e qualidade, dos bens naturais, dos bens sociais e dos bens culturais, coletivamente disponibilizados na sociedade.

Voltando à necessidade de se instaurar um projeto educacional, que vimos depender da instauração de um projeto civilizatório abrangente, cabe então esclarecer que todo projeto de ação, em qualquer circunstância, deve ser centrado numa intencionalidade, ou seja, articula com organicidade os fins da educação para atender as necessidades da sociedade.

Projeto deve ser entendido no sentido de um conjunto articulado de propostas e programas de ação, delimitados, planejados, executados e avaliados em função de uma finalidade, que se pretende alcançar e que é previamente delineada mediante a representação simbólica dos valores a serem efetivados. O projeto educacional pode ser metaforicamente representado pelo campo de força gravitacional criado por um ímã. O núcleo, no caso, é uma *intencionalidade*, ou seja, um sentido, uma significação, que articula todas as ações, todas as medidas, todas as práticas, desenvolvidas por todos os sujeitos que se encontram no mesmo campo. É essa intencionalidade que evita a fragmentação das práticas especializadas e diferenciadas dos múltiplos sujeitos envolvidos: educadores, administradores, educandos, servidores, técnicos, especialistas, comunidade imediata, etc. É a união convergente em torno dessa significação catalizadora do projeto da instância educacional que articula e legitima a integração das atividades próprias do trabalho pedagógico, a interdisciplinaridade dos componentes curriculares, que fundamenta as decisões e medidas de cunho administrativo que precisam ser tomadas e executadas no contexto da vida escolar. É na intencionalidade nuclear do projeto educacional que se encontram as raízes e as referências básicas dos objetivos que vão nortear a

proposta pedagógica da instituição de ensino que queira realizar, com eficácia e qualidade, o seu trabalho educativo.

Mesmo quando as condições histórico-sociais de uma determinada sociedade estão deterioradas, marcadas pela degradação, pela opressão e pela alienação, como é o caso da sociedade brasileira, o projeto educacional se faz ainda mais necessário, devendo se construir então como um projeto fundamentalmente contra-ideológico, ou seja, desmascarando, denunciando e criticando o projeto político opressor e anunciando as exigências de um projeto político libertador.

Mas encontramos-nos frente à ausência de um projeto civilizatório que pudesse servir de espaço para um projeto educacional coerente e consistente, apto a atender as demandas sociais da cultura humanizadora e a acolher, com a devida intencionalidade, os projetos existenciais das pessoas, de modo a que não houvesse ninguém nos desvãos marginais da história.

Na ausência de um sistema estruturado, prevalece o sistema conjuntural, resultando uma prática desarticulada, inorgânica e pouco eficaz, o que torna educação nacional um macro processo de reprodução social.

É o que vemos no atropelo na elaboração dos planos, reformas e programas, do que é bom exemplo a última reforma do ensino médio, as propostas da escola de tempo integral e da residência pedagógica. O caso das políticas de financiamento, o FIES.

A PERVERSA DESIGUALDADE SÓCIO-ECONÔMICA E A AUSÊNCIA DO PROJETO CIVILIZATÓRIO.

Mas a causa de tudo, à raiz de tudo, encontra-se a perversa condição de desigualdade econômico-social da realidade humana no Brasil. O pano de fundo parece ser a trama de uma sociedade desigual. A incapacidade da sociedade em reverter esse quadro. Quando se questiona tal estado de coisas, não se está contrapondo uma comunidade romanticamente idealizada onde todos teriam tudo igual. Mas os homens deveriam ser iguais sem deixar de ser diferentes. A igualdade que se pleiteia não anula as diferenças, mas exige que essas diferenças não se transformem em desigualdades. A igualdade é, num primeiro nível, uma igualdade de valor, ou seja, as pessoas são portadoras de idêntica dignidade, em que pesem as diferenças efetivas que

existem entre elas. Dignidade axiológica com fundamentação ontológica mas que precisa ser lastreada numa igualdade histórica.

O que esta representa ou significa?

Ela ocorre quanto todos, sem exceção por qualquer critério, possam usufruir dos bens materiais necessários para sua subsistência biofisiológica; de todos os bens sociais, para que possam dispor de efetiva autonomia de decisão e de ação, compartilhando o poder decisório no seio da comunidade em que vivem; e de todos os bens simbólicos da cultura, para que expandir, na plenitude sua identidade pessoal.

É o grau de participação na produção e fruição desses bens que se encontra a escala que mede a construção da igualmente entre os homens, o que é aval de sua dignidade.

No entanto, o que temos bem claro é a profunda desigualdade na sociedade brasileira, em todas essas dimensões. A mais perversa desigualdade na distribuição dos bens materiais, materializada na ignominiosa distribuição da renda, da riqueza nacional, que joga mais de um terço da população na linha da miséria total; a inviabilização de uma efetiva participação das pessoas na tomada das decisões políticas bem como a extrema precariedade do desenvolvimento cultural da população no seu conjunto.

Não é preciso demonstrar com números esse quadro deprimente de nossa realidade, até porque ele é de conhecimento geral. Todos estamos suficientemente informados a respeito. No entanto, quero me referir aos dados constantes de três grandes indicadores: o primeiro o Índice IDH, elaborado pelo PNUD e o segundo o último censo escolar, produzido pelo INEP (2017). O IDH sintetiza bem a situação de desigualdade existente na sociedade ao referenciar o desenvolvimento econômico, a longevidade, a escolaridade e o PIB per capita. Avaliam-se essas dimensões atribuindo-lhes uma pontuação de 0 a 1, sendo que quanto mais próximo de 1, melhor a situação. Na mensuração de 2015, o Brasil está com 0,754, ocupando a 79ª. posição entre 188 países. O terceiro, relevante pela sua atualidade, é o Relatório da desigualdade sócio-econômica do país, com base em dados de 2017, relatório divulgado dia 11 do corrente. São dados que confirmam a situação perversa da desigualdade em nosso país, levando-se em conta que a renda, numa sociedade capitalista, é condição básica para o acesso e o usufruto de qualquer outro direito. O Relatório informa que os 10% mais ricos detêm 43,3% da renda total do país, enquanto os 10% mais pobres dispõem de apenas 0,7% da mesma, sendo que, em

relação a 2016, ainda houve queda, pois naquele ano era a fatia dos pobres era de 0,8%. Tomando apenas 1% da camada mais rica, sua renda média foi de 27.213, mensais, enquanto que 50% da população recebia em média apenas 754,00 reais por mês. Diferença de 36,1 vezes....

Para chegar a esses números, o IBGE leva como fontes o salário, aposentadoria, pensões, programas de transferência de renda (como Bolsa Família). Mas acontece, conforme informam economistas do establishment, que muitas outras fontes de renda não são levadas em conta, como os ganhos de capital, juros de investimento e outras que tornaria essa diferença ainda muito maior. Nossa renda média nacional caiu 0,99% de 2016 para 2017, passando 2.124,00 reais para 2.112,00 reais. Já segundo a ONG britânica Oxfam, os bilionários brasileiros tiveram um aumento de 13% em suas riquezas.

A desigualdade social, expressa nas várias dimensões da vida da população de um país, é o grande óbice que dificulta a implementação da cidadania e, por via de consequência, também da democracia que, por sinal, supõe condições minimamente iguais entre os cidadãos, já que todos deveriam compartilhar da condução dos destinos da comunidade.

O COMPROMISSO DA EDUCAÇÃO COM A SUPERAÇÃO DA DESIGUALDADE.

A oferta da educação institucionalizada nas sociedades complexas não é apenas desejável, como se fosse apenas um complemento, mas uma necessidade intrínseca, vinculada à própria condição humana. Pois os homens não são humanos só por integrarem a espécie. A plena humanização não é dada pronta ao nascimento, ela depende de uma efetivação ao longo de um vir-a-ser. A educação se torna necessária para garantir a realização das três grandes dimensões que dão substância ao nosso modo de ser: nosso intercâmbio com a natureza, esfera da produção dos bens naturais mediante o trabalho, âmbito da intervenção técnica; nossa convivência com os semelhantes, esfera da sociabilidade, âmbito das relações sociais, campo do político; criação e fruição dos bens simbólicos, esfera da cultura, âmbito do exercício da subjetividade. ela deve necessariamente subsidiar a superação da desigualdade histórica e faz isso ao contribuir para a construção da cidadania.

Referências bibliográficas

- BETTO, Frei. Atrasos na educação brasileira. *Correio da Cidadania*. 31/10/2018.
- BRASIL. MEC. INEP. Censo escolar 2017. Notas estatísticas. Brasília, 2018. www.inep.gov.br/
- FARIA Fo. Luciano M. Escola pública: são suas qualidades, e não suas mazelas, que preocupam nossas elites. *Folha S. Paulo*, 05/08/2016
- OLIVEIRA, Dalila A., DUARTE, Adriana. *Políticas públicas e educação: regulação e conhecimento*. Belo Horizonte: Editora Fino Traço, 2011.
- PALMA Fo., João C. *Política educacional brasileira: educação brasileira numa década de incerteza (1990-2000): avanços e retrocessos*. São Paulo: Cte Editora, 2005.
- SAVIANI, Dermeval. *Sistema Nacional de Educação e Plano Nacional de Educação*. Campinas: Autores Associados, 2014.
- SAVIANI, Dermeval. *Da LDB (1996) ao novo PNE (2014-2024): por uma outra política educacional*. 5 ed. Campinas: Autores Associados, 2016
- TEODORO, António. *A educação em tempos de globalização neoliberal: os novos modos de regulação das políticas educacionais*. Brasília: Liber Livros, 2011.